

**AS FORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS DO
“NOVO SINDICALISMO”: AS PARALISAÇÕES
METALÚRGICAS DE 1978, 1979 E 1980 NO ABC PAULISTA**

Fabiana Scoleso*

Fundo de greve: o próprio sindicato quando das intervenções

Apresento aqui parte da pesquisa desenvolvida no mestrado. Essa pesquisa teve como tema central as formas organizacionais das paralisações metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980, em que os trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lançaram mão de inúmeras alternativas de confronto para reivindicarem seus direitos em plena ditadura militar, marcada por forte repressão e intolerância. O Fundo de Greve foi uma das várias formas de organização dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos, sob intervenção, precisou encontrar uma alternativa para a não fragmentação do movimento, dando uma “sede”, *in locus*, aos trabalhadores grevistas e auxílio alimentício e financeiro aos metalúrgicos que não estavam recebendo seus salários. Sendo assim, o Fundo de Greve se constituiu como uma forma organizacional que possibilitou a seqüência do movimento e o respaldo necessário para que o Sindicato não perdesse seu poder de comando e para os trabalhadores, que se sentiam acolhidos e fortalecidos para dar continuidade às paralisações.

Criado em 1979, com o nome de Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Fundo de Greve centralizava toda a coordenação do movimento grevista da época. Em sua sede, instalada próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos e próximo também da Cooperativa da Volkswagen, os metalúrgicos não encontravam tão-somente um galpão com doações recebidas por moradores e metalúrgicos da região como também a maioria dos dirigentes sindicais afastados e impedidos de utilizarem seu real espaço. Sua idéia foi efetivada a partir das Campanhas Salariais de 78 e 79 e, num primeiro momento, serviria de elo de ligação entre a categoria e os dirigentes sindicais quando das intervenções do governo junto à sede do Sindicato.

O Fundo de Greve passou a ser a resposta mais ofensiva e organizada que os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema encontraram para enfrentar a estrutura sindical brasileira e a incompreensão dos patrões. “O que nós queremos com o Fundo de Greve é a própria organização econômica dos trabalhadores, é como formar a poupança do trabalhador contra os patrões”,¹ afirmou Djalma Bom em entrevista realizada pelo *ABCD Jornal* na época dos acontecimentos. No contexto em que foi criado, o Fundo veio a atender à necessidade de arrecadar e distribuir recursos aos operários para que pudessem subsistir durante os dias parados e sem pagamento.

Quando das intervenções, o Fundo de Greve permitiu a continuidade da prática sindical livre da tutela do Estado por uma única razão: era um órgão autofinanciado e, portanto não era passível de sofrer qualquer intervenção oficial. Apesar da autonomia, não chegou a se constituir como um sindicato paralelo, pois todo trabalho sindical desenvolvido até então continuava a ser dirigido pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Foi dentro desse contexto que se desenvolveu uma perspectiva classista, de autonomia da classe trabalhadora respaldada principalmente pela união, solidariedade e objetivos de luta em comum, o que fortaleceu sua participação naquele cenário enquanto agente político no processo de transformação da realidade brasileira.

As principais características desta estrutura sindical que começou a despontar no fim dos anos 70: buscou a democracia pela base, através de novas formas de organização da categoria (CIPA's, Comissões de Fábrica, Comissão de Mobilização, Assembléias, etc.) e todo um trabalho que originou e sustentou estas novas formas de organização e representação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Para o movimento sindical em São Bernardo e Diadema, a autonomia em relação ao Estado e a liberdade de organização eram duas reivindicações fundamentais. De modo geral, o sindicalismo brasileiro estava preso e amordaçado pelo Ministério do Trabalho, que tinha total poder de intervir nos sindicatos e cassar suas lideranças. Além disso, o Ministério interferia diretamente no modo de utilização dos recursos obtidos com o imposto sindical. Uma das maneiras de se evitar essa submissão era acabar com o imposto sindical. Mas para isso era necessário, ao mesmo tempo, criar uma outra fonte de obtenção de recursos.

O Fundo de Greve consistiu na criação de uma entidade que garantisse a resistência e as condições para o avanço do movimento sindical. Foi também instrumento de educação política, pois incentivou e inseriu neste momento a organização, a mobilização e a conscientização da classe trabalhadora.

Do ponto de vista jurídico, a estrutura criada para a constituição do Fundo de Greve estava, desde o começo, desatrelado e independente do Sindicato. Mas essa independência jurídica de forma alguma significou independência política. Na verdade, o Fundo de Greve só foi constituído de maneira autônoma porque os instrumentos jurídicos repressivos adotados pelo governo vigente poderiam, a qualquer momento, com a intervenção no Sindicato, desarticular o Fundo e impedir sua efetivação e funcionamento caso estivesse sendo realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. E também, com a intervenção federal no Sindicato, a “nova” sede passaria a funcionar como a nova entidade dos trabalhadores enquanto perdurasse a intervenção.

Com menos de um ano de funcionamento o Fundo de Greve passou por vários momentos e situações importantes no movimento reivindicatório de 1979 e 1980.

O Fundo de Greve era tema das discussões informais no Sindicato. A experiência do Fundo de Greve em outros países, como na Alemanha, por exemplo (o fundo de greve alemão pagava aos metalúrgicos o salário correspondente aos dias parados), despertou, primeiro, o interesse e, posteriormente, a necessidade de debates e a efetivação da idéia diante dos episódios grevistas que despontaram a partir de 1978. Uma das necessidades sentidas era a obtenção de recursos para conquistar a autonomia em relação ao Estado e manter as greves dos trabalhadores sem que estes sofressem grandes prejuízos.

No 3º Congresso realizado pelo Sindicato, em 1978, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema chegaram a discutir sobre a criação do Fundo de Greve, mas foi somente em 1979 que o Sindicato efetivou a idéia e buscou organizar a arrecadação de fundos para a distribuição de alimentos aos metalúrgicos em tempos de paralisações.

Em janeiro de 1979, início da Campanha Salarial daquele ano, o Sindicato já se preocupava com a organização do Fundo de Greve. A experiência do ano anterior já havia demonstrado as dificuldades financeiras que a classe trabalhadora enfrentara no ano anterior com o não pagamento dos dias parados.

Para tanto, a greve de 79 e o fundo que estava se constituindo receberam importantes apoios: políticos e materiais. Outros movimentos sociais também apostavam na greve que despontava naquela região, pois o que estava em jogo não era tão-somente as reivindicações dos metalúrgicos, mas o descontentamento geral contra o Estado e sua política de proteção ao capital. Com o apoio concreto que o Sindicato passou a ter de parcela da Igreja, outros sindicatos, movimentos populares, parlamentares, até então sem nenhuma relação mais intensa com eles, desenvolveu-se um entrosamento que contribuiu sobremaneira para a sustentação das paralisações.

Com a importância que o movimento começara a adquirir e, principalmente, o papel fundamental que o Fundo de Greve desempenharia a partir de então, a diretoria estabeleceu critérios para a distribuição dos mantimentos. Só seriam atendidos os metalúrgicos da base, mediante a apresentação da carteira de trabalho. Os ativistas, em grande número, ficaram responsáveis por receber os alimentos, ensacá-los formando cestas, em quantidade suficiente para atender famílias pouco ou muito numerosas.

Durante o período de paralisação em 1979, foram arrecadados 1 milhão e meio de cruzeiros para o pagamento de carnês, prestações e aluguéis e 76.600 kg de alimentos, atendendo a 6.384 famílias, o que em média representou cerca de 31.920 pessoas (dados obtidos na publicação da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, p. 10).

Em 1980, sua função foi colocada à prova e a importância de seu papel se fez presente na greve iniciada em abril e que durou 41 dias. Nesse momento, sua principal tarefa foi arrecadar alimentos entre a comunidade para distribuir aos grevistas e suas famílias ao longo da greve. Havia, então, seis tipos de pacotes com alimentos essenciais, distribuídos conforme o tamanho da família. Para que esse trabalho fosse o mais amplo possível, foram criados oito postos de arrecadação e distribuição, sendo que o posto central funcionou na Igreja Matriz.

“No dia de maior movimento foram atendidas 1.725 famílias. No total, foram distribuídas 485 toneladas de alimentos que custariam mais de 8 milhões de cruzeiros. A distribuição de remédios, com postos montados no Centro de Saúde de São Bernardo atendeu 3450 famílias”.²

O Fundo de Greve, mesmo aparentando inexperiência, passou a dar sustentação para o trabalho da diretoria confeccionando os boletins informativos e ajudando nos recursos para que se mantivesse o trabalho sindical nos períodos de intervenção na sede do Sindicato, quando portanto, este trabalho não poderia ser realizado. Foi na Igreja que se desenvolveu a atuação sindical deste período. A diretoria mantinha reuniões por fábricas para avaliar os resultados da greve, organizando os trabalhadores para outras possíveis paralisações após a trégua de 45 dias para negociações. Os diretores do Sindicato e trabalhadores mais ativos no movimento continuavam presentes nas portas das fábricas e mantinha-se a impressão e distribuição dos boletins que informavam o que acontecia nas fábricas e tudo que envolvia os aspectos gerais greve (negociações com o Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, etc).

A partir de 1979, com a experiência adquirida na Campanha Salarial, o Fundo de Greve definiu suas principais características: assistir os trabalhadores grevistas e garantir infra-estrutura para o trabalho sindical, quando houvesse intervenção no Sindicato.

Em assembléia realizada no dia 13 de maio de 1979, após os 45 dias de trégua, Djalma Bom chamou os trabalhadores para discutirem a legalização do Fundo de Greve. Ampliando a convocação, a diretoria distribuiu boletins. Em entrevista ao *ABCD Jornal*, Djalma ainda disse:

Se todos os trabalhadores colaborarem com a importância mínima de 30 cruzeiros por mês, nós temos condições de levar o movimento adiante. É importante que todos colaborem! A responsabilidade de sustentação econômica do movimento não é só do pessoal do macacão não. A responsabilidade é de todos, sejam horistas ou mensalistas. Afinal, quem dividiu os trabalhadores assim não fomos nós, foram os patrões.³

Cinco dias após esta assembléia, terminou a intervenção no sindicato e a diretoria retornou ao prédio.

Uma comissão formada por trabalhadores de várias fábricas e diretores do sindicato, após várias reuniões, distribuiu um boletim entre a categoria convocando-a para um seminário e conseqüente discussão sobre o Fundo de Greve. Neste boletim havia explicações afirmando que os patrões tinham formas de se sustentar durante a greve e contavam com o apoio do governo. Além disso, os trabalhadores deveriam constituir uma organização de caráter beneficente que fosse “uma sociedade civil, independente juridicamente, mas ligada aos objetivos do Sindicato, para fim de constituir, arrecadar e administrar o Fundo de Greve, cuja diretoria deveria ser formada por dirigentes sindicais e companheiros da base”.⁴

O seminário foi realizado no dia 2 de setembro de 1979, no qual se discutiram os objetivos, a política, as atividades, os estatutos, as formas de arrecadação e distribuição dos fundos. No dia 7 de outubro realizou-se assembléia, onde decidiu-se que o Fundo se chamaria “Associação Benéfica e Cultural” constituída como entidade independente da estrutura jurídica e contábil do sindicato, mas sob orientação política deste. Desta forma, o Fundo de Greve mantinha sua própria conta bancária e infra-estrutura. Sua finalidade principal seria “prestar auxílio financeiro ou em espécie aos trabalhadores metalúrgicos; arrecadar fundos para assistir os trabalhadores quando participantes em movimentos reivindicatórios ou que tenham sofrido represálias por causa de sua participação; promover o nível cultural dos metalúrgicos mediante seminários, debates, shows, conferências; desenvolver o espírito de solidariedade”.⁵

A Associação seria dirigida por uma diretoria de sete membros efetivos, três suplentes para cada efetivo e um Conselho Fiscal formado por três membros e três suplentes. O órgão máximo de decisão da Associação seria a assembléia geral dos sócios. Todos os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema poderiam se filiar e teriam como

deveres pagar a mensalidade de sócio e participar das assembleias com direito a voz e voto. Aqueles que não fossem da categoria também poderiam contribuir com o Fundo, na qualidade de sócio-colaborador, mas sem direito a votar ou ser votado para qualquer cargo. A mensalidade seria cobrada como uma taxa mensal definida pela assembleia, paga através de carnês nos bancos.

Essa assembleia também elegeu a primeira diretoria do Fundo de Greve que ficou composta assim:⁶

Diretor: Gilson Luís Correia de Menezes;

Vice-Diretor: Djalma de Souza Bom;

Suplentes: José Carlos Aguiar de Brito;

Keiji Kanashiro;

Iran Trevisan;

Augusto Cassio Portugal;

Arquimedes Andrade;

Wagner Lino Alves;

André Felipe Dardis;

João Batista Lemos.

A diretoria ficou composta, na sua maioria, por militantes que se destacaram na época e tinham participado das discussões antes do Seminário. Desta forma, buscou-se garantir a integração política entre a diretoria do Sindicato e a nova entidade. O que possibilitou um movimento muito mais consistente no ano posterior.

Após a intervenção no Sindicato e a proibição de reuniões e assembleias no estádio de Vila Euclides e na Praça da Matriz, os postos de arrecadação e distribuição de alimentos para o Fundo de Greve localizados nos bairros serviram também como pontos de reuniões dos trabalhadores. Alguns destes postos chegavam a reunir, diariamente, de 300 a 400 trabalhadores. “Tiraram o Sindicato dos metalúrgicos. Mas para prosseguir, o movimento precisa manter-se organizado, pois sem organização não se pode fazer trabalho de porta de fábrica, manter reuniões, rodar e distribuir boletins que informem a categoria”.⁷

Na Campanha Salarial de 1980, o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, assim como os de Sorocaba, Campinas, Taubaté, Jundiaí e Santa Bárbara d’Oeste, negociou separado da Federação dos Metalúrgicos, dados os desacordos ocorridos no ano anterior. Os metalúrgicos, para aquele ano, tinham como principais reivindicações:

1. INPC de 39,9% mais 15% de produtividade;
2. reajuste salarial trimestral;

3. piso salarial por função;
4. estabilidade no emprego;
5. reconhecimento do delegado sindical;
6. redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários.

Em contrapartida, os patrões contra-atacaram oferecendo 5% de produtividade e piso salarial de Cr\$ 5.904,00, sem atender a nenhuma das outras reivindicações.

Diante da intransigência dos empresários e insensatez do governo, no dia 30 de março, 60 mil trabalhadores metalúrgicos foram ao Estádio de Vila Euclídes em reunião e decidiram decretar a greve geral da categoria.

Nesse ano as estratégias grevistas se modificaram, dadas as experiências adquiridas nas paralisações anteriores. A greve deveria acontecer sem piquetes, os trabalhadores não compareceriam em hipótese alguma aos locais de trabalho para evitar ao máximo a violência advinda da repressão policial.

Assim intensificou-se a mobilização e o Sindicato articulava as reuniões com os trabalhadores ampliando a distribuição do *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica* (esse suplemento trazia artigos que davam um panorama dos acontecimentos no ABC Paulista quase que diariamente. Informava e convocava os trabalhadores para reuniões e assembleias, assim como trazia artigos sobre como o governo estava lidando com a greve), boletim criado a partir de 1979 para informar e orientar os trabalhadores em greve.

A organização foi ampliada com a Comissão de Mobilização e a criação de um “grupo especial”, chamado de “Grupo dos 16”, que substituiria a diretoria do Sindicato caso ela fosse presa.

A Campanha Salarial de 1980 começou bem organizada. O Sindicato tinha consciência de que a luta seria longa e muito difícil, pois, no ano anterior, as paralisações haviam se configurado assim e 1980 não seria diferente, porque os patrões e o governo estavam decididos a não ceder em nada. Desde o início da greve, em 30 de março, o Fundo de Greve tinha sido deslocado para a Igreja Matriz, pois já se previa que o Sindicato poderia sofrer intervenção.

Os sindicatos aglutinados no grupo chamado “Unidade Sindical” buscaram formas alternativas de contribuir com a greve dos metalúrgicos.

O Fundo de Greve estava bem organizado, contando com a participação de cerca de cem militantes e tendo a Igreja Matriz como sede provisória. Foram formadas três comissões: 1. de distribuição de alimentos; 2. de compra de alimentos; 3. de finanças. A sua função era centralizar toda a distribuição da ajuda que chegava. Como era necessário

embalar os alimentos formando cestas básicas, ter o controle do que havia e do que era necessário comprar, além de ter o controle sobre a distribuição, foram organizados vários grupos de trabalho. Suas funções eram de arquivo, triagem, de entrega de pacotes, de empacotamento, de recebimento, estoque e dispersas.

Só eram atendidos os metalúrgicos grevistas, que deviam apresentar a carteira profissional, a folha de pagamento de abril e o registro dos filhos. O cônjuge do grevista não era atendido. Pegar os alimentos era uma forma de acompanhar os acontecimentos e todo o processo de organização e articulação do movimento.

Com o decorrer da greve, para atender os grevistas de maneira mais eficaz, facilitando a arrecadação e distribuição, o Fundo de Greve abriu diversos postos (São Miguel Paulista, São Mateus, Vila Elba, Vila Alpina, Sapopemba e Mauá). Os ativistas dos movimentos populares, da igreja e os militantes sindicais cuidaram do funcionamento desses postos. A diretoria coordenava todo o trabalho nos bairros e na Igreja Matriz.

As constantes reuniões entre os militantes que compunham o Fundo de Greve levaram a um bom entrosamento de todos. Desta forma, todos os postos de arrecadação funcionavam com os mesmos critérios, de forma coordenada. Essa integração entre o movimento sindical e popular levou a uma mobilização de grandes proporções.

As assembleias e a distribuição dos boletins puderam ser feitos nos bairros onde havia um número maior de metalúrgicos. Como não era possível nem recomendado ir até as portas das fábricas, esse trabalho de distribuição dos boletins foi fundamental para indicar aos trabalhadores o andamento da greve, além de esclarecer dúvidas que freqüentemente ocorriam.

O Fundo de Greve foi um importante espaço de atuação conjunta da diretoria e militantes do Sindicato com os militantes dos movimentos populares nos bairros. Todo esse trabalho construído com o apoio dos vários setores da sociedade e, principalmente, dos próprios trabalhadores, contribuiu e teve papel fundamental para o significado da greve enquanto forma de luta e caminho possível para a melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária brasileira. A experiência conquistada por meio do Fundo de Greve de São Bernardo do Campo e Diadema foi um passo fundamental para o movimento sindical. A partir de 1980, outras categorias em greve se utilizaram desse tipo de organização para estruturar seus respectivos Fundos de Greve.

A greve de 1º de maio de 1980

Em 1980, os metalúrgicos já haviam avançado na sua organização. Mesmo antes da intervenção, os dirigentes tinham um esquema para substituir cada diretor preso por um membro do “Grupo Especial” que levaria a greve adiante a partir do Fundo de Greve, caso perdessem o Sindicato.

A greve iniciada no dia 1º de maio, sem piquetes, sofreu uma turbulenta repressão policial e causou uma grande confusão entre governo e patrões. Num primeiro momento, o TRT decidiu ser incompetente para julgar a ilegalidade ou não da greve e fixou o índice de produtividade em 7% para até três salários mínimos e 6% para acima disso. Foram realizadas novas reuniões de conciliação na DRT, retomando as negociações. Os patrões queriam o retorno imediato ao trabalho como ponto de partida para se discutir qualquer acordo. Os trabalhadores não aceitaram a proposta e não se chegou a qualquer resultado.

Os partidos de oposição se manifestaram também divulgando nota oficial em solidariedade à greve, afirmando que o movimento era “pacífico, legítimo e justo”, assinada por Ulisses Guimarães (PMDB), Jacó Bittar (PT), Leonel Brizola (PTB) e Tancredo Neves (PP).⁸

Durante esse tempo, os metalúrgicos se reuniram constantemente em assembléias de toda a categoria, com a presença, em média, de 60 mil trabalhadores que decidiram continuar a greve. Após as falhas de negociação junto à DRT, o TRT julgou novamente a greve, desta vez decretando sua ilegalidade.

O impasse continuava e os patrões pressionavam o governo a tomar uma atitude mais firme contra os grevistas. No dia 17 de abril, o ministro Murilo Macedo decretou a intervenção no Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema e Santo André, afastando 42 dirigentes sindicais acusados de incitamento à greve. No mesmo dia da intervenção no Sindicato, o Deops chamou 11 diretores do Fundo de Greve para prestarem depoimento sobre a procedência e uso do dinheiro arrecadado. A polícia dizia que não havia provas e controle de como estava sendo utilizado o dinheiro. Na verdade, o governo começara a perceber a importância do Fundo de Greve para a sustentação do movimento. Os diretores foram liberados no mesmo dia, já sabendo da intervenção no Sindicato.

O choque entre a polícia e os trabalhadores se agravavam. Dois dias após a intervenção, vários diretores foram presos, o que não os impediu de acompanhar os acontecimentos. Com a prisão dos diretores, o Comando de Greve tomou a frente na liderança para a continuidade do movimento. Depois deste acontecimento, os trabalhadores incluíram entre suas reivindicações a libertação dos presos e a suspensão da intervenção em assembléia realizada no Estádio de Vila Euclídes. Logo após essa assembléia o governo proibiu o uso

do Estádio e os grevistas passaram a se reunir na praça da Igreja. As prisões continuaram e as assembléias na praça também foram proibidas. O único espaço possível então, foi o interior da Igreja Matriz.

A partir da intervenção, o papel do Fundo de Greve foi fundamental, pois, além de atender os grevistas, acabou dando infra-estrutura para a continuidade do trabalho do Comando de Greve (condução, gasolina, etc).

Neste momento, também alguns sindicatos que compunham a “Unidade Sindical” deram condições para que se continuasse rodando os boletins diários, uma das formas de comunicação entre as lideranças e os grevistas. Esses boletins eram distribuídos nos bairros, nas assembléias e nas fábricas.

A intensidade da violência policial dificultava o trabalho. A polícia tentava impedir que as contribuições ao Fundo de Greve chegassem à Igreja. Para que isso fosse possível, alguns deputados acompanhavam os caminhões com alimentos. A ajuda que vinha do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Bárbara d’Oeste, por exemplo, eram trazidas em ambulâncias com as sirenes ligadas.⁹

Parecia que quanto mais intensa e implacável a repressão policial se apresentava, maior solidariedade a greve despertava. As contribuições vinham de todas as partes. Desde diretores que não se identificavam até favelados, mas a maior parte do apoio vinha mesmo dos movimentos sociais e sindicais.

Durante a greve, chegou o 1º de Maio: Dia do Trabalhador, que foi comemorado no Paço Municipal. A polícia cercou todo o Paço, então os 100 mil trabalhadores ali reunidos se direcionaram para o Estádio de Vila Euclides, indo até lá em passeata. O governo foi obrigado a retirar o esquema policial da cidade. No estádio foi lida uma carta, enviada pelos dirigentes sindicais que estavam presos, dirigida à classe trabalhadora. Vejamos:

Companheiros e companheiras: Do fundo do cárcere dirigimos a vocês esta mensagem de 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Estamos presos, mas em cada um de vocês, multiplicamos a nossa liberdade. Não importa o que se passa conosco. Antes interessa a inquebrantável firmeza de todos vocês nesta luta que, desde o início, sabíamos longa e difícil. Unidos, paramos todas as empresas de São Bernardo e Diadema. Não queríamos a greve pela greve. Nossa aspiração era e ainda é negociar com os patrões um aumento real de salários, um mínimo de estabilidade no emprego, o pagamento desses dias parados, sem qualquer espécie de punição. Porém, o governo continua impedido os patrões de dialogarem conosco. Muitos donos de empresa querem negociar, mas o governo não quer que a abertura política, social e econômica se estenda à classe trabalhadora. Neste país a abertura é só para os privilegiados. Os trabalhadores continuam confinados no campo de concentração da exploração intensiva da mão-de-obra, torturados pelo arrocho salarial, vigiados pela CLT, amarrados pelos sindicatos atrelados ao Estado, condenados quando reivindicam pacificamente melhores condições de vida (...). Por essas grades, todos nós que estamos presos estendemos nossos braços em comovido e fraterno abraço a cada um de vocês.¹⁰

Esse trabalho de organização feito pelos dirigentes sindicais e por metalúrgicos mais engajados foi fator essencial para a continuidade de suas ações, apesar de todos os problemas e transtornos que ameaçaram o movimento: Sindicato fechado e a maioria dos dirigentes sindicais presos. A prisão dos dirigentes sindicais mais ativos, como Luís Inácio, o Lula, não os impedira de acompanhar, organizar e passar as diretrizes de ação para os trabalhadores, assim como estimular os trabalhadores a continuarem suas ações. Esta carta foi enviada à categoria metalúrgica pelos dirigentes sindicais presos e lida na missa de 1º de Maio aos trabalhadores.

Alguns dias depois da vitória obtida em 1º de maio, ocorreu um dos choques mais violentos entre policiais e grevistas. Dele saíram 54 feridos e muitas prisões. Como forma de protestar contra esse episódio, as mulheres dos metalúrgicos e ativistas realizaram uma passeata de crianças e mulheres portando faixas, flores e bandeiras pedindo a abertura das negociações e a libertação dos presos.

A greve começara a enfrentar sérias dificuldades. Com a prisão dos dirigentes sindicais, principais referências do movimento, a dura atuação da polícia, a falta de perspectiva de negociação com a Fiesp, ameaças de demissões e dificuldades de organização, os trabalhadores começaram a voltar ao trabalho.

No dia 11 de maio, após 41 dias de greve, os metalúrgicos em assembléia na Igreja decidiram retornar ao trabalho.

Terminada a greve, o Fundo continuou atendendo os grevistas que não receberam nenhum salário e aos demitidos por justa causa (por mais de um mês parado). Ao todo foram atendidas neste momento 32.365 famílias, o que em média atingiu 485.175 toneladas de alimentos.¹¹ Mesmo depois de encerrada a greve, e até o final do mês de maio, o atendimento continuou a ser dado aos grevistas e suas famílias, pois a greve originou duas circunstâncias bastante diferentes: primeiro, gerou uma grande experiência para os trabalhadores e, segundo, gerou conseqüências péssimas para os trabalhadores. Ao voltarem da greve para seus postos de trabalho, iniciou-se um período de repressão dentro das fábricas que, pouco a pouco, intensificou-se, ocasionando até mesmo demissões por justa causa. A partir de então, o Fundo de greve passou a atender prioritariamente os trabalhadores demitidos por justa causa.

Em momentos de intervenção no Sindicato, o Fundo de Greve mostrou potencialidades durante e após as greves, revelando-se como o principal meio organizativo dos trabalhadores, levando a luta sindical adiante. Demonstrou ser uma proposta útil, inteligente e prática na articulação do movimento e no respaldo aos trabalhadores que, apesar das dívidas e dos medos, tiveram, ao menos, a garantia do sustento de suas famílias.

O Fundo de Greve contribuiu também com outras categorias que entraram em greve, como os funcionários da extinta TV Tupi e da Santa Casa da Misericórdia em Santos. Além de atender a categoria e garantir a continuidade do trabalho sindical, o Fundo de Greve passava a ajudar grevistas de outras categorias, mostrando na prática a solidariedade e o compromisso com a luta dos trabalhadores em geral.

No final da greve, a diretoria fez uma avaliação do trabalho desenvolvido e concluiu que o Fundo de Greve deveria ser mais bem estruturado. No seu relatório de avaliação, concluiu-se que o

Fundo de Greve é um desafio à estrutura sindical, no sentido que ajuda o movimento sindical a conquistar um sindicalismo livre e autônomo. O Fundo de Greve é a solidariedade espontânea ou organizada dos trabalhadores e do povo [ele] não compete com o sindicato, pois tem os mesmos objetivos. Nesse sentido, não determina o início nem o fim da greve. Coloca sua estrutura e recursos a serviço da greve e do sindicato quando houver intervenção. Não é uma entidade nem paternalista, nem assistencialista, pois tem critérios políticos bem definidos e tem que se encontrar suficientemente organizado para atender aos que estão dentro dos critérios.¹²

O relatório ainda propunha que, na sua continuidade, o Fundo de Greve deveria ter como atribuições os seguintes critérios:

criação de atividades culturais permanentes com a participação da categoria, formação de quadros novos; apoio às lutas da categoria e a solidariedade aos trabalhadores em luta e ao movimento popular; levar amplamente a experiência para outras categorias; criar novas formas de arrecadação de fundos das mensalidades; melhorar a infra-estrutura.¹³

Ao final do ano, o Fundo de Greve tinha 2.436 sócios. Foi o ano de maior filiação de toda sua história. Com o fim da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Fundo de Greve passou a ter uma sala dentro do prédio para atender aos associados. Mesmo assim, a casa da Rua Alferes Bonilha continuou a funcionar, mas agora desenvolvendo atividades de formação e lazer.

Recebido em outubro/2004; aprovado em novembro/2004

Notas

* Mestre em História Social pela PUC- SP.

¹ *ABCD Jornal*, n. 67, 28 ago. 1980.

² Id. *ibid.*, p. 6.

³ Id., *ibid.*

⁴ Fundo de greve, Boletim de Convocação, 1979.

⁵ Fundo de greve, Estatuto, out. 1979.

⁶ Associação Beneficente e Cultural, p. 12.

⁷ Id., p. 6.

⁸ Associação Beneficente e Cultural, p. 15.

⁹ Id., p. 9.

¹⁰ Carta escrita por Lula, Severino, Djalma Bom, Devanir Ribeiro, Rubens, Expedito Soares Batista, Gilson Menezes, Venâncio, Alemão e João Batista, todos da diretoria do Sindicato. *ABCD Jornal*, n. 63, 7 maio 1980.

¹¹ Dados obtidos pela Associação Beneficente e Cultural, p. 18.

¹² Fundo de Greve, Relatório de Avaliação, 1980.

¹³ Id., *ibid.*